

REB Empreendimentos E Administradora de Bens S.A.

**Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais em 31 de
dezembro de 2025**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores



REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.

independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de abril de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Índice

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balço patrimonial	6
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

1	Considerações gerais	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	10
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB	11
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	12
5	Receita	12
6	Custos e despesas	13
7	Resultado financeiro líquido	14
8	Caixa e equivalentes de caixa	15
9	Aplicaões Financeiras	15
10	Fundo de liquidez – conta reserva	15
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros	16
12	Contas a receber de clientes	16
13	Investimentos	17
14	Imobilizado	19
15	Intangível	22
16	Financiamentos	22
17	Fornecedores	25
18	Provisão de ressarcimento	25
19	Provisões para litígios	26
20	Obrigaões com desmobilizaão de ativos	27
21	Partes relacionadas	28
22	Imposto de renda e contribuiao social	28
23	Patrimônio líquido	30
24	Instrumentos financeiros e gestão de risco	30

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	5	55.873	59.424	-	-
Custo com energia elétrica	6	(13.963)	(3.847)	-	-
Custo com operação	6	(24.459)	(19.284)	-	-
Lucro		17.451	36.293	-	-
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	6	(126)	(1.118)	(32)	(143)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(153)	(20)	(107)	-
		(279)	(1.138)	(139)	(143)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		17.172	35.155	(139)	(143)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial		-	-	12.248	31.103
		-	-	12.248	31.103
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		18.677	12.424	86	70
Despesas financeiras		(14.302)	(14.033)	(73)	(8)
		4.375	(1.609)	13	62
Lucro		21.547	33.546	12.122	31.022
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	22	(9.425)	(3.655)	-	-
Diferidos	22	-	1.131	-	-
Lucro líquido do exercício		12.122	31.022	12.122	31.022

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	12.122	31.022	12.122	31.022
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	12.122	31.022	12.122	31.022

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		21.547	33.546	12.122	31.022
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Equivalência patrimonial	13(b)	-	-	(12.248)	(31.103)
Juros e variações monetárias		4.243	10.263	-	-
Depreciação e amortização	6	11.202	10.830	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	362	-	-	-
Provisão (reversão) de ressarcimento	5	24.355	9.426	-	-
Atualização monetária sobre ressarcimento	7	1.305	991	-	-
Apropriação de custos de captações	7	817	816	-	-
Rendimentos sobre fundo de reserva		(17.079)	(9.863)	-	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	558	514	-	-
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	7	-	736	-	-
		47.310	57.259	(126)	(81)
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		(1.583)	1.287	-	-
Tributos a recuperar		(1.026)	(627)	(27)	4
Estoques		(170)	(8)	-	-
Demais créditos e outros ativos		1.661	(130)	10	1.194
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		(2.330)	(470)	(150)	(22)
Tributos a recolher		(1.178)	(1.542)	2	-
Arrendamentos		-	(1.938)	-	-
Encargos setoriais		-	2	-	-
Pagamento de ressarcimento	18(c)	(9.010)	(7.824)	-	-
Demais obrigações e outros passivos		6.009	(542)	107	-
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		39.683	45.467	(184)	1.095
Juros pagos sobre financiamentos	16(c)	(8.378)	(9.627)	-	-
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	(736)	-	-
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(6.205)	(1.713)	(1)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		25.100	33.391	(185)	1.095
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		5.390	-	(152)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		(21.343)	-	-	-
Resgate (aplicação) de cauções e depósitos judiciais		(3)	(16.636)	-	-
Aumento de capital em controladas	1.1.1(a)	-	-	(22.350)	(1.965)
Recebimento de dividendos		-	-	200	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(3.875)	(915)	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(19.831)	(17.551)	(22.302)	(1.965)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Liquidação de financiamentos	16(c)	(16.417)	(16.144)	-	-
Liquidação de arrendamentos		-	(163)	-	-
Aumento de capital	1.1.1(b)	22.500	1.855	22.500	1.855
Pagamento de dividendos		(478)	-	(478)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		5.605	(14.452)	22.022	1.855
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		10.874	1.388	(465)	985
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.039	6.651	1.284	299
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		18.913	8.039	819	1.284

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	18.913	8.039	819	1.284
Aplicações financeiras	9	997	-	152	-
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	-	5.459	-	-
Contas a receber de clientes	12	6.771	5.188	-	-
Estoques		437	267	-	-
Tributos a recuperar		3.439	1.915	17	-
Dividendos a receber	21	-	-	175	263
Outros ativos		541	1.463	-	-
		<u>31.098</u>	<u>22.331</u>	<u>1.163</u>	<u>1.547</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	150.273	106.392	-	-
Cauções e depósitos judiciais		66	63	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	513	-	-
Tributos a recuperar		15	-	10	-
Outros ativos		-	807	-	10
		<u>150.354</u>	<u>107.775</u>	<u>10</u>	<u>10</u>
Investimentos	13	-	-	177.038	142.552
Imobilizado	14	166.633	169.277	-	-
Intangível	15(a)	2.916	2.985	-	-
		<u>169.549</u>	<u>172.262</u>	<u>177.038</u>	<u>142.552</u>
Total do ativo		<u>351.001</u>	<u>302.368</u>	<u>178.211</u>	<u>144.109</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos	16(a)	16.414	16.020	-	-
Fornecedores	17	2.578	3.327	-	150
Tributos a recolher		3.229	1.187	1	-
Dividendos a pagar	21	230	478	230	478
Provisão de ressarcimento	18	23.339	31.116	-	-
Outros passivos		6.144	79	-	-
		<u>51.934</u>	<u>52.207</u>	<u>231</u>	<u>628</u>
Não circulante					
Financiamentos	16(a)	73.720	87.462	-	-
Obrigações com desmobilização de ativos	20(a)	8.544	4.659	-	-
Provisão de ressarcimento	18	38.798	14.371	-	-
Provisões para litígios	19	132	-	107	-
Outros passivos		-	188	-	-
		<u>121.194</u>	<u>106.680</u>	<u>107</u>	<u>-</u>
Total do passivo		<u>173.128</u>	<u>158.887</u>	<u>338</u>	<u>628</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	23	141.284	118.784	141.284	118.784
Reservas de lucros		36.589	24.697	36.589	24.697
Total do patrimônio líquido		<u>177.873</u>	<u>143.481</u>	<u>177.873</u>	<u>143.481</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>351.001</u>	<u>302.368</u>	<u>178.211</u>	<u>144.109</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Reserva de investimentos	Reserva de lucros		Patrimônio Líquido
				Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	
Em 1º de janeiro de 2024		116.929	-	-	(5.847)	111.082
Lucro líquido do exercício		-	-	-	31.022	31.022
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	31.022	31.022
Demais mutações patrimoniais do exercício						
Aumento de capital		1.855	-	-	-	1.855
Destinação do resultado do exercício						
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	23.438	-	(23.438)	-
Constituição de reserva legal	23(b) e (c)	-	-	1.259	(1.259)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23(c)	-	-	-	(478)	(478)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		1.855	23.438	1.259	(25.175)	1.377
Em 31 de dezembro de 2024		118.784	23.438	1.259	-	143.481
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.122	12.122
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	12.122	12.122
Demais mutações patrimoniais do exercício						
Aumento de capital	1.1.1(b)	22.500	-	-	-	22.500
Destinação do resultado do exercício						
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	11.286	-	(11.286)	-
Constituição de reserva legal	23(b) e (c)	-	-	606	(606)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23(c)	-	-	-	(230)	(230)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		22.500	11.286	606	(12.122)	22.270
Em 31 de dezembro de 2025		141.284	34.724	1.865	-	177.873

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

1 Considerações gerais

A REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A., ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 13 de julho de 2007. A Companhia tem por objeto social a participação exclusivamente no capital de suas sociedades controladas (EOL Vento Energias Renováveis S.A., EOL Wind Energias Renováveis S.A. e EOL Brisa Energias Renováveis S.A.), além da prestação de serviços de consultoria para terceiros relacionados aos negócios ou bens para desenvolvimento do objeto mencionado anteriormente.

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas no estado do Rio Grande do Sul, as quais compõem o complexo eólico REB Empreendimentos, com capacidade instalada total de 64,0 MW, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

<u>Eólica</u>	<u>Central Geradora Eolielétrica (EOL)</u>	<u>Portaria MME</u>	<u>Capacidade (MW)</u>	<u>Início da concessão ou outorga</u>	<u>Término da concessão ou outorga</u>
Complexo Eólico Cassino ("Cassino"):					
EOL Vento Energias Renováveis S.A.	Cassino I	153/2011	22,0	11/03/2011	11/03/2046
EOL Wind Energias Renováveis S.A.	Cassino II	162/2011	20,0	21/03/2011	21/03/2046
EOL Brisa Energias Renováveis S.A.	Cassino III	152/2011	22,0	11/03/2011	11/03/2046
			64,0		

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas as movimentações de capital das controladas conforme tabela a seguir:

<u>Controladas</u>	<u>2024</u>	<u>Aumento</u>	<u>2025</u>
EOL Brisa Energias Renováveis S.A.	54.077	5.000	59.077
EOL Vento Energias Renováveis S.A.	50.056	11.000	61.056
EOL Wind Energias Renováveis S.A.	38.419	6.350	44.769
	142.552	22.350	164.902

(b) Aumento de capital

Em 30 de junho de 2025, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 2.000, mediante a emissão de 2.000 de ações ordinárias, passando o capital social de R\$ 118.784 (dividido em 452.368.294 ações ordinárias) para R\$ 120.784 (dividido em 454.368.264 ações ordinárias).

Em 25 de agosto de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 20.500, mediante a emissão de 47.287.433 ações ordinárias, passando o capital social de R\$ 120.784 (dividido em 454.368.264 ações ordinárias) para R\$ 141.284 (dividido em 501.655.728 ações ordinárias).

1.1.2 Principais eventos societários

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 17 de abril de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

	2025		2024		Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante		
Complexo Eólico Cassino ("Cassino"):						
EOL Wind Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Rio Grande - RS	Geração de energia elétrica
EOL Brisa Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Rio Grande - RS	Geração de energia elétrica
EOL Vento Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Rio Grande - RS	Geração de energia elétrica

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2025

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do "own use" para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza "hedge accounting" para certos PPAs que não atendam a exceção de "own use".	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo International Sustainability Standard Board ("ISSB") – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia e suas controladas tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
13	Investimentos
15	Imobilizado
20	Obrigações de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

Leilão de Energia: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em Leilões de Fontes Alternativas (“LFA”).

Contratos *wholesale*: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física das Controladas da Companhia.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	Consolidado	
		2025	2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Leilão de Fontes Alternativas (LFA)		71.627	73.714
Provisão de ressarcimento	18	(24.355)	(9.426)
Energia de curto prazo – CCEE		10.898	1.319
		58.170	65.607
Outras receitas			
		58.170	65.607
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(1.955)	(984)
ICMS sobre receitas operacionais		-	(4.906)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(342)	(293)
		(2.297)	(6.183)
Receita líquida		55.873	59.424

6 Custos e despesas

					Consolidado	
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	2025	2024
					Total	Total
Energia comprada	(11.440)	-	-	-	(11.440)	(1.385)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.523)	-	-	-	(2.523)	(2.462)
Depreciação e amortização	-	(11.202)	-	-	(11.202)	(10.830)
Materiais	-	(105)	(3)	-	(108)	(49)
Materiais	-	(105)	(3)	-	(108)	(49)
Serviços	-	(10.962)	(100)	-	(11.062)	(7.611)
Serviços de operação e manutenção	-	(8.844)	-	-	(8.844)	(5.526)
Serviços de terceiros	-	(2.118)	(100)	-	(2.218)	(2.085)
Outros	-	(2.190)	(23)	-	(2.213)	(1.912)
Aluguéis e arrendamentos	-	(1.344)	-	-	(1.344)	(231)
Seguros	-	(818)	-	-	(818)	(1.675)
Impostos, taxas e contribuições	-	(3)	(8)	-	(11)	(6)
Outros custos e despesas líquidas	-	(25)	(15)	-	(40)	-
Demais (despesas) receitas	-	-	-	(153)	(153)	(20)
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(362)	(362)	-
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	209	209	(20)
	(13.963)	(24.459)	(126)	(153)	(38.701)	(24.269)

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Resultado financeiro líquido

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		18.296	10.401	90	9
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(4)	(3)	(4)	(4)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	18	384	-	-	-
Outras receitas financeiras		1	2.026	-	65
		18.677	12.424	86	70
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos	16(c)	(8.093)	(9.296)	-	-
Atualização monetária sobre financiamentos	16(c)	(2.537)	(967)	-	-
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	18	(1.689)	(991)	-	-
Apropriação dos custos de captações	16(c)	(817)	(816)	-	-
Ajuste a valor presente e atualização monetária sobre obrigações com desmobilização de ativos	20	(558)	(514)	-	-
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		-	(736)	-	-
Outras despesas financeiras		(608)	(713)	(73)	(8)
		(14.302)	(14.033)	(73)	(8)
		4.375	(1.609)	13	62

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 100,08% do CDI (91,99 % em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa				
Caixa e bancos	7.833	2.525	113	384
	7.833	2.525	113	384
Equivalentes de caixa				
Quotas de fundos de investimentos (i)	4.577	-	700	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	6.503	5.514	6	900
	11.080	5.514	706	900
Caixa e equivalentes de caixa	18.913	8.039	819	1.284

- (i) As quotas de fundo de investimento referem-se, exclusivamente, ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração de 100,39% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	997	-	152	-
	997	-	152	-

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração média de 100,05% do CDI.

	Consolidado	
	2025	2024
Fundo de liquidez - Conta reserva		
Circulante	-	5.459
Não circulante	150.273	106.392
	150.273	111.851

(i) As controladas possuem alguns contratos de financiamentos que preveem a obrigação de manutenção de contas reserva e/ou fundos de liquidez como garantia, os quais devem ser mantidos durante todo o prazo de vigência dos respectivos contratos.

11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	170.183	119.890	971	1.284
	170.183	119.890	971	1.284

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

12 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	Consolidado	
	2025	2024
Leilão de Fontes Alternativas (LFA)	6.761	5.086
Energia de curto prazo - CCEE	10	102
	6.771	5.188

(b) Vencimentos de contas a receber

	2025	Consolidado 2024
A vencer	6.750	5.188
Vencidos acima de 6 meses	21	-
	6.771	5.188

A Administração analisou os saldos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

13 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
					2025	2024	2025	2024
Custo								
EOL Brisa Energias Renováveis S.A.	63.536	4.502	100,00	100,00	4.502	11.920	63.536	54.077
EOL Vento Energias Renováveis S.A.	65.203	4.187	100,00	100,00	4.187	10.654	65.203	50.056
EOL Wind Energias Renováveis S.A.	48.299	3.559	100,00	100,00	3.559	8.529	48.299	38.419
					12.248	31.103	177.038	142.552

(b) Movimentação

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	142.552	109.685
Equivalência patrimonial	12.248	31.103
Dividendos mínimos obrigatórios	(112)	(201)
Aumento de capital (Nota 1.1.1 (b))	22.350	1.965
Saldo no final do exercício	177.038	142.552

14 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia e suas controladas são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (vide nota 20 – Obrigações com desmobilização de ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

							Consolidado	
	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	2025	2024	
Saldo no início do exercício								
Custo	259.749	55.147	-	62	5.212	320.170	319.205	
Depreciação acumulada	(125.953)	(24.907)	-	(33)	-	(150.893)	(140.501)	
Saldo líquido no início do exercício	<u>133.796</u>	<u>30.240</u>	<u>-</u>	<u>29</u>	<u>5.212</u>	<u>169.277</u>	<u>178.704</u>	
Adições (i) (ii)	-	-	-	-	5.451	5.451	911	
Depreciação	(9.978)	(1.364)	415	(4)	-	(10.931)	(10.392)	
Remensurações (Nota 20(a)) (iii)	-	-	3.327	-	-	3.327	-	
Transferências (iv)	6.514	-	-	3	(7.008)	(491)	54	
Saldo no final do exercício	<u>130.332</u>	<u>28.876</u>	<u>3.742</u>	<u>28</u>	<u>3.655</u>	<u>166.633</u>	<u>169.277</u>	
Custo	266.263	55.147	3.327	65	3.655	328.457	320.170	
Depreciação acumulada	(135.931)	(26.271)	415	(37)	-	(161.824)	(150.893)	
Saldo líquido no final do exercício	<u>130.332</u>	<u>28.876</u>	<u>3.742</u>	<u>28</u>	<u>3.655</u>	<u>166.633</u>	<u>169.277</u>	
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,00	3,00	3,00	6,00				

- (i) As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se, predominantemente, às manutenções realizadas nos aerogeradores, as quais foram classificadas como melhorias que aumentam a vida útil ou a capacidade operacional dos equipamentos.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve desembolso caixa no valor de R\$ 3.875. A diferença no montante de R\$ 1.576 refere-se ao líquido entre: (i) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou no incremento do provisionado no passivo de R\$ 3.327 (Nota 20), que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos.
- (iv) O montante de (R\$ 491) corresponde a transferência da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para o intangível, relacionados à *softwares*.

15 Intangível

Política contábil

Custo de Servidão

Os custos incorridos para obtenção de servidões (direitos de passagem) necessários à implantação, operação e manutenção dos parques eólicos são registrados no ativo intangível, pelo custo incorrido. Esses valores são amortizados linearmente ao longo do prazo do direito ou da vida útil/autorização associada. Após o início da operação comercial, a amortização é tratada como custo de produção.

Direitos de exploração de autorização

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico e solar são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis. Após o início da operação dos parques eólicos e solares, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

(a) Composição

	Consolidado				
	Custo de servidão	Softwares	Intangível em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício					
Custo	2.761	13	454	3.228	3.145
Amortização acumulada	(232)	(11)	-	(243)	(124)
Saldo líquido no início do exercício	2.529	2	454	2.985	3.021
Adições	-	-	5	5	137
Baixas	-	(290)	(72)	(362)	-
Amortização	(116)	(87)	-	(203)	(119)
Transferências	-	878	(387)	491	(54)
Saldo no final do exercício	2.413	503	-	2.916	2.985
Custo	2.761	601	-	3.362	3.228
Amortização acumulada	(348)	(98)	-	(446)	(243)
Saldo líquido no final do exercício	2.413	503	-	2.916	2.985
Taxas médias anuais de amortização - %	3,00	3,00			

16 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

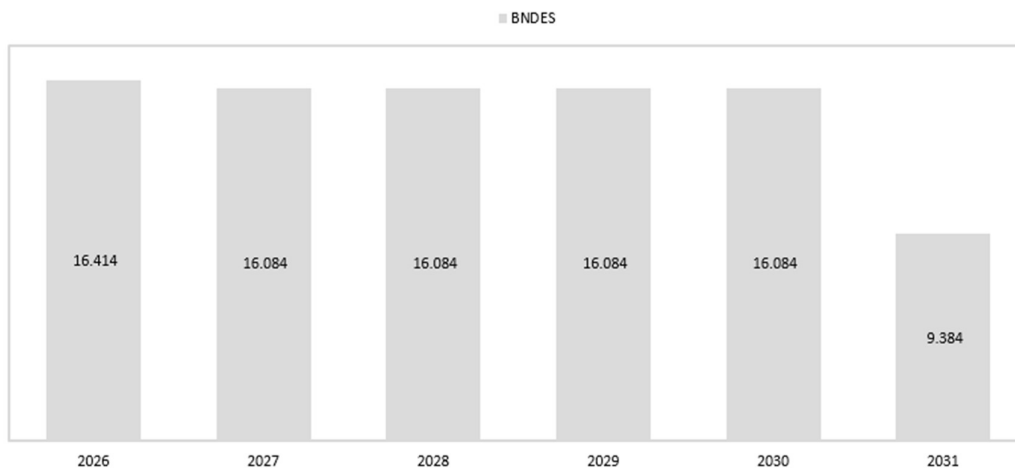
(a) Composição

										Consolidado	
										2025	
										Circulante	Não circulante
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo	
BNDES	TJLP + 2,16%	16.901	(817)	330	16.414	77.463	(3.743)	73.720	90.134	80.617	
		16.901	(817)	330	16.414	77.463	(3.743)	73.720	90.134	80.617	

										Consolidado	
										2024	
										Circulante	Não circulante
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo	
BNDES	TJLP + 2,16%	16.482	(818)	356	16.020	92.022	(4.560)	87.462	103.482	103.481	
		16.482	(818)	356	16.020	92.022	(4.560)	87.462	103.482	103.481	

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional

(b) Perfil de vencimento - consolidado



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	103.482	118.174
Provisões de juros (Nota 7)	8.093	9.296
Atualização monetária (Nota 7)	2.537	967
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	817	816
Juros pagos	(8.378)	(9.627)
Liquidações	(16.417)	(16.144)
Saldo no final do exercício	90.134	103.482

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia prestada pela REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Auren Participações S.A. Conta reserva Penhor de ativos e ações Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas

Alguns contratos de financiamentos da Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir índice de alavancagem, medida pela relação Dívida Líquida sobre Ebitda ajustado, e/ou índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram integralmente cumpridas

17 Fornecedores

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços		2.578	2.956	-	27
Fornecedores de materiais e serviços - Partes relacionadas	21	-	371	-	123
		2.578	3.327	-	150

18 Provisão de ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica "Receita bruta de venda de energia". A Administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual e quadrienal

Contratos de Leilão de Fontes Alternativas (LFA):

Os Contratos de Energia Nova celebrados entre a Companhia e a CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme expresso no referido contrato.
- Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até –10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.
- A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância.

(b) Composição e movimentação

	Consolidado			
	Annual	Quadrienal	2025 Total	2024 Total
Saldo no início do exercício	9.615	35.872	45.487	42.894
Provisão (reversão) (Nota 5)	16.242	8.113	24.355	9.426
Pagamentos (ii)	(8.349)	(661)	(9.010)	(7.824)
Atualização monetária (Nota 7)	48	1.257	1.305	991
Saldo no final do exercício	17.556	44.581	62.137	45.487
Circulante	1.314	22.025	23.339	31.116
Não Circulante	16.242	22.556	38.798	14.371
	17.556	44.581	62.137	45.487

- (i) A ANEEL, publicou em 23 de março de 2021 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, posteriormente consolidada, sem alterações, pela REN 1030/2022, regulamentando a metodologia de cálculo da energia não fornecida

decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. A regulamentação também definiu as condições necessárias para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao período “provisório” do *constrained-off* eólico, abrangendo eventos de restrição de geração anteriores a outubro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE divulgou o comunicado nº 970/22, apresentando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período “provisório”, limitado aos eventos de janeiro de 2018 a setembro de 2021. As reapurações ocorreram de junho de 2023 a junho de 2024.

Em 12 de setembro de 2023, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que adicionou à REN 1.030/2022 diretrizes análogas às aplicadas às usinas eólicas, porém destinadas à apuração e pagamento do *constrained-off* para as usinas solares. Essa norma também estabeleceu um período transitório relativo aos eventos ocorridos antes de abril de 2024 para as usinas de fonte solar.

Entretanto, os pagamentos foram suspensos em julho de 2024 devido à ausência de regras de comercialização específicas para o período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relativo aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109/2024, derivada da Consulta Pública nº 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização aplicáveis ao período “definitivo”.

Em 19 de maio de 2025, a CCEE publicou o Comunicado CO 372/25, estabelecendo o cronograma de operacionalização das recontabilizações e ressarcimentos dos CERs e CCEARs associados ao *constrained-off* de usinas eólicas, à luz da metodologia definitiva.

Em 25 de Novembro de 2025, foi publicada a Lei 15.269/2025, originada da Medida Provisória nº 1.304/2025, instituindo um “acordo” para os ressarcimentos por *constrained-off* exigidos por usinas eólicas e solares no período entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025. Conforme previsto na lei, esse acordo será formalizado por meio de um Termo de Compromisso firmado entre o Poder Concedente e os agentes de geração afetados, sendo que os ressarcimentos serão custeados por montantes financeiros devidos por geradores com desvios negativos de geração nos Contratos de Energia de Reserva (CER) e nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs). A minuta do Termo passou por Consulta Pública aberta pelo MME ainda em 2025.

O cronograma publicado no CO 372/25 foi posteriormente revisado pelo CO 937/2025, em 15 de dezembro de 2025. No entanto, em 30 de dezembro de 2025, diante da iminente abertura da Consulta Pública do MME relativa ao Termo de Compromisso, a CCEE publicou o CO 971/25 suspendendo esses ressarcimentos até a publicação de nova regulamentação.

A Consulta Pública MME nº 210/2025, voltada à discussão do referido Termo de Compromisso, foi aberta em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026. Até o momento, não houve desfecho por parte do MME, de modo que os ressarcimentos previstos no CO 971/25 permanecem suspensos, aguardando a definição regulatória.

No contexto desta Consulta Pública e da complexidade da matéria, mesmo diante do comunicado de suspensão da CCEE, o MME encaminhou carta à ANEEL solicitando avaliação sobre a suspensão supracitada. Diante disso, foi instaurado processo cautelar, aprovado e formalizado por meio do despacho nº 148/2026, publicado pela ANEEL em 26 de janeiro de 2026.

Apesar de a suspensão ter sido estabelecida por período limitado, há percepção de que esse prazo poderá ser prorrogado até a definição das condições decorrentes da Consulta Pública do MME, de modo que os recursos possam ser direcionados à cobertura dos custos de compensação dos geradores.

19 Provisões para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível com prognóstico de perda provável, no montante atualizado de R\$ 132.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 1.812 e processos de natureza tributária com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 1.583.

20 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
			2025	2024
Saldo no início do exercício	21.160	(16.501)	4.659	4.145
Atualização monetária	373	-	373	514
Remensuração (Nota 14(a))	8.523	(5.196)	3.327	-
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	185	185	-
Saldo no final do exercício	30.056	(21.512)	8.544	4.659
Não circulante	30.056	(21.512)	8.544	4.659
	30.056	(21.512)	8.544	4.659

- (a) Em 31 de dezembro de 2025, foram revisadas as premissas utilizadas no cálculo da provisão para desmobilização de ativos dos parques eólicos, em continuidade ao processo de harmonização dos critérios de mensuração. Como parte dessa revisão, o passivo passou a ser descontado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem acréscimo de prêmio de risco. A adoção dessas premissas resultou no aumento do valor da provisão para desmobilização. Os custos estimados permanecem sendo atualizados pelo IPCA mensal, refletindo de maneira adequada as variações econômicas e reduzindo incertezas inerentes às projeções de longo prazo.

21 Partes relacionadas

Política contábil

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Composição

	Consolidado	
	Passivo	
	2025	2024
Fornecedores - compras		
Auren Operações S.A. (Nota 17)	-	371
	-	371
Dividendos a pagar		
Auren Operações S.A.	230	478
	230	478
	230	849

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores - compras				
EOL Vento Energias Renováveis S.A. (Nota 17)	-	-	-	123
	-	-	-	123
Dividendos a receber				
EOL Brisa Energias Renováveis S.A.	105	175	-	-
EOL Vento Energias Renováveis S.A.	40	88	-	-
EOL Wind Energias Renováveis S.A.	30	-	-	-
	175	263	-	-
Dividendos a pagar				
Auren Operações S.A.	-	-	230	478
	-	-	230	478
	175	263	230	601

22 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) **Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL**

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a *holding* apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Consolidado			
	2025			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	57.509	57.509	18.591	18.591
% de Presunção da Base	8%	12%	100%	100%
Base de cálculo Presumida	4.601	6.901	18.591	18.591
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
Outros	1.009	394	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	2.087	1.015	4.649	1.674

	Consolidado			
	2024			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	59.573	59.573	5.585	5.585
% de Presunção da Base	8%	12%	100%	100%
Base de cálculo Presumida	4.766	7.149	5.585	5.585
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
Outros	22	(30)	-	-
IRPJ e CSLL corrente	1.121	613	1.397	502
Diferido	(735)	(396)	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	408	217	1.397	502

	Controladora	
	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.122	31.022
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(4.121)	(10.547)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	4.164	10.575
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(1)	(50)
Outras adições permanentes, líquidas	(42)	22
IRPJ e CSLL apurados	-	-
Correntes	-	-
Diferidos	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	-	-

23 Patrimônio líquido

(a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 141.284 (R\$ 118.784 em 31 de dezembro de 2024), composto por 501.655.728 (452.368.294 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	12.122	31.022
Absorção de prejuízos acumulados	-	(5.847)
	12.122	25.175
Reserva legal - 5%	(606)	(1.259)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	11.516	23.916
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 2% conforme estatuto	(230)	(478)
(=) Saldo de lucros acumulados	11.286	23.438
(-) Reserva estatutária de investimento	(11.286)	(23.438)
	-	-

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício não haverá distribuição de dividendos.

A Companhia realiza a destinação do resultado com 2% de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2025, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 230, reconhecido em dividendos a pagar.

24 Instrumentos financeiros e gestão de risco

24.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 12)		6.771	5.188	-	-
		6.771	5.188		
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (i)	2	11.080	5.514	706	900
Aplicações financeiras (i)	1	997	-	152	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)	1	150.273	111.851	-	-
		162.350	117.365	858	900
		169.121	122.553	858	900
Passivos					
Ao custo amortizado					
Financiamentos (ii) (Nota 16)	2	90.134	103.482	-	-
Fornecedores		2.578	3.327	-	150
Dividendos a pagar		230	478	230	478
Provisão de Ressarcimento		62.137	45.487	-	-
		155.079	152.774	230	628

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 17 (a).

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

24.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos (i)	45.994	83.921	73.112	19.286	222.313
Fornecedores	2.578	-	-	-	2.578
Dividendos a pagar	230	-	-	-	230
	48.802	83.921	73.112	19.286	225.121
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	24.742	46.829	62.865	11.098	145.534
Fornecedores	3.327	-	-	-	3.327
Dividendos a pagar	478	-	-	-	478
	28.547	46.829	62.865	11.098	149.339

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

As controladas da Companhia estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

As controladas da Companhia consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

24.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva e financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

				Consolidado				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	162.350	-72,92 bps*	(1.184)	(6.047)	(12.096)	6.047	12.096
TJPL 9,07%	Financiamentos (i)	94.694	11 bps*	(104)	2.148	4.294	(2.148)	(4.294)

				Controladora				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	858	-72,92 bps*	(6)	(32)	(64)	32	64

(i) Valores desconsideram os custos de captação.